

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DO PARÁ
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
GERÊNCIA DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

**TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA
Nº 01/2024, COM ENCARGOS FINANCEIROS,
QUE CELEBRAM A PROCURADORIA-GERAL
DO ESTADO DO PARÁ E A SECRETARIA DE
ESTADO DE OBRAS PÚBLICAS-SEOP,
CONFORME ABAIXO MELHOR SE DECLARA:**

A **PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO - PGE**, órgão da Administração Direta do Estado do Pará, com sede em Belém, à Rua dos Tamoios nº 1671, Batista Campos, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 34.921.759/0001-29, neste ato representada por seu Procurador-Geral Dr. **RICARDO NASSER SEFER**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/PA sob o nº 14800, portador do CPF/MF nº 812.654.412-00, de outro lado, a **SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS PÚBLICAS - SEOP**, órgão com sede na Travessa do Chaco nº 2158, nesta cidade, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) nº 05.054.911/0001-15, representada por seu secretário **BENEDITO RUY SANTOS CABRAL**, brasileiro, engenheiro, portador do CPF nº 135.894.742-20 e RG. 2232996 - SSP/PA, resolvem, na melhor forma de direito, celebrar o presente **TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA**, que será em tudo regido pelos preceitos e princípios do direito público e obedecerá, em especial às normas e disposições contidas na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto Federal nº 10.426/2020, de 16 de julho de 2020, e em estrita observância às cláusulas e condições constantes deste Termo, que ora se aceitam e mutuamente se outorgam nos seguintes termos.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente instrumento tem por objeto o repasse de recursos financeiros da Procuradoria-Geral do Estado - PGE para a Secretaria de Estado de Obras Públicas - SEOP objetivando a execução dos serviços de engenharia para construção de um prédio anexo à Procuradoria-Geral do Estado do Pará (PGE), em terreno localizado na Travessa Padre Eutíquio, nº 1490, entre Rua dos Tamoios e Avenida Conselheiro Furtado, Bairro Batista Campos, Belém/PA.

Parágrafo Primeiro: As ações previstas no caput desta cláusula terão como referência os objetivos, diretrizes e metas do Plano de Trabalho, elaborado pela Secretaria de



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DO PARÁ
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
GERÊNCIA DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

Estado de Obras Públicas - SEOP e devidamente aprovado pela Procuradoria-Geral do Estado – PGE que passa a integrar o termo em questão, independentemente de transcrição.

Parágrafo Segundo: Excepcionalmente, admitir-se-á que a Secretaria de Estado de Obras Públicas - SEOP proponha reformulações no Plano de Trabalho, que será previamente apreciada pelo setor técnico e submetida à aprovação da Procuradoria-Geral do Estado - PGE, vedada, porém, a mudança de objeto.

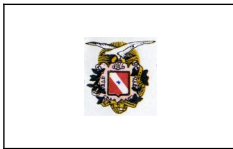
CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES

I – Compete à **PGE**:

- a) Manter o acompanhamento, controle e avaliação da execução do objeto do presente termo, nos termos da legislação aplicável;
- b) Destacar os créditos orçamentários para a **Secretaria de Estado de Obras Públicas - SEOP**, para a implementação do objeto pactuado;
- c) Fornecer dados, informações e orientações necessários ao desenvolvimento e consecução deste termo;
- d) Receber e analisar as prestações de contas encaminhadas pela Secretaria de Estado de Obras Públicas - SEOP;
- e) Empreender todos os esforços e ações necessárias para o alcance dos objetivos deste termo, devendo, ao final, emitir laudo conclusivo.

II – Compete à **SEOP**:

- a) Promover a execução do objeto do presente Termo de Execução Descentralizada, observando o Plano de Trabalho, critérios de qualidade técnica, prazos, custos previstos e legislação aplicável;
- b) Responsabilizar-se pela aplicação integral dos recursos, efetuando todos os pagamentos à(s) empresa(s) a ser(em) contratada(s), após o atesto dos fiscais da obra, desde que acompanhados do boletim de medição e demais documentos fiscais, previdenciários e trabalhistas, os quais são de obrigação da(s) empresa(s) contratada(s);
- c) Manter registros, arquivos e controles contábeis e específicos para os dispêndios relativos ao presente termo;



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DO PARÁ
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
GERÊNCIA DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

- d) Acompanhar e fiscalizar todas as ações relativas à execução deste termo, avaliando regularmente os resultados dos serviços realizados pela(s) empresa(s) a ser(em) contratada(s), sugerindo alterações, adaptações e ajustes, caso necessário, de forma a assegurar a consecução do objeto deste termo;
- e) Prestar contas à Procuradoria-Geral do Estado – PGE no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar do término do prazo do presente termo, conforme a Resolução de nº 18.193 de 2012, do Tribunal de Contas do Estado do Pará;
- f) Devolver os créditos destacados, que porventura não forem utilizados no objeto do presente Termo de Execução Descentralizada;
- g) Propiciar, nos locais da execução das obras/serviços, os meios e as condições necessários para que à Procuradoria-Geral do Estado – PGE possa realizar inspeções periódicas, bem como os órgãos de controle externo;
- h) Compatibilizar os objetos deste Termo com normas e procedimentos de preservação ambiental municipal, estadual ou federal, conforme o caso;
- i) Tomar outras providências necessárias à boa execução dos objetos deste Termo.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1. Para prover o objeto do presente termo, será efetuado o destaque orçamentário da Procuradoria-Geral do Estado - PGE para a Secretaria de Estado de Obras Públicas - SEOP, no valor estimado de R\$ 3.925.233,58 (três milhões, novecentos e vinte e cinco mil, duzentos e trinta e três reais e cinquenta e oito centavos), conforme o conteúdo abaixo:

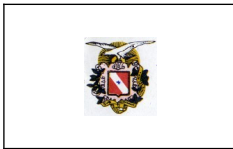
Unidade Gestora 250101, funcional programática 25101.03.451.1508.7722, elemento de despesa 449051, fonte de recurso 01500000001.

CLÁUSULA QUARTA – DA FISCALIZAÇÃO

4.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do objeto deste instrumento, conforme disposto no art. 117 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021 e no Decreto Estadual nº 3.813/2024, será de responsabilidade de ambos os partícipes.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

5.1. O presente Termo de Execução Descentralizada entrará em vigor na data de sua



**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DO PARÁ
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
GERÊNCIA DE LICITAÇÃO E CONTRATOS**

assinatura e terá vigência de 24 (vinte e quatro) meses, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo específico.

CLÁUSULA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES

6.1. Sempre que se fizer necessário, os signatários, de comum acordo, poderão aditar o presente termo de execução descentralizada, através de Termo Aditivo, exceto com relação ao seu objeto.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA DENÚNCIA E RESCISÃO

7.1. O presente termo poderá, a qualquer tempo, ser denunciado pelos **PARTÍCIPIES**, devendo o interessado externar formalmente sua intenção neste sentido, mediante aviso prévio à outra parte, bem como por mútuo consenso, respeitadas as obrigações assumidas com terceiros e saldadas eventuais compromissos financeiros entre os **PARTÍCIPIES**, creditando, igualmente, os benefícios adquiridos no período.

Parágrafo Único: Constitui motivo para rescisão do presente Termo, o descumprimento de qualquer das cláusulas ora pactuadas, bem como, qualquer motivo que o torne inexecutável.

CLÁUSULA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO

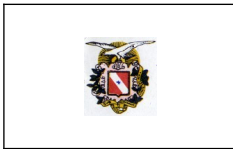
8.1. A publicação resumida deste Termo de Execução Descentralizada, no Diário Oficial do Estado, ficará sob a responsabilidade da Procuradoria-Geral do Estado - PGE no prazo de 10 (dez) dias contados de sua assinatura, nos termos do parágrafo 5º, do artigo 28, da Constituição do Estado do Pará.

CLÁUSULA NONA – DOS CASOS OMISSOS

9.1. As dúvidas, omissões e divergências decorrentes da realização do presente instrumento serão resolvidas administrativamente pelas autoridades máximas que o celebram, por mútuo entendimento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

10.1. As partes elegem o Foro da Comarca de Belém, Estado do Pará, para dirimir eventuais divergências ou questões decorrentes deste Termo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.



**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DO PARÁ
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
GERÊNCIA DE LICITAÇÃO E CONTRATOS**

E, por estarem assim justas e acordadas, as partes assinam o presente Termo, em 03 (três) vias, todas de igual teor e forma, para que produzam seus devidos e legais efeitos, sendo assinadas na presença de duas testemunhas que também o subscrevem, para um só efeito legal.

(assinatura eletrônica)
RICARDO NASSER SEFER
Procuradoria-Geral do Estado

(assinatura eletrônica)
Benedito Ruy Santos Cabral
Secretaria de Estado de Obras Públicas

Testemunhas:

1ª BRUNNA VALESCKA DE
CARVALHO
SILVA:86194151404

Assinado de forma digital por
BRUNNA VALESCKA DE CARVALHO
SILVA:86194151404
Dados: 2024.04.25 11:33:10 -03'00'

2ª DANIEL LOPES DE
CAMPOS
FILHO:98977318220

Assinado de forma digital por
DANIEL LOPES DE CAMPOS
FILHO:98977318220
Dados: 2024.04.25 11:34:35 -03'00'